

## A INFÂNCIA E A CULTURA DA PAZ NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

LIMA, Tatiane Delurdes de\*  
MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim\*\*  
ASINELLI-LUZ, Araci\*\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo enfatizar a discussão da infância e da Cultura da Paz na perspectiva do livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1970), trazendo contribuições relevantes para as concepções educativas e sociais. Este artigo é uma pesquisa de cunho qualitativo e tem como metodologia o estudo bibliográfico. No contexto social e educacional, em defesa de uma educação com base na conscientização, colaboração e participação, Paulo Freire amplia seu olhar sobre a paz, ligando-a a possibilidades de ação e de diálogo, que constrói e reconstrói o sujeito, pois ao expressar-se por meio da palavra, o indivíduo cria/recria o mundo. É nesse processo que acontece a emancipação de forma coletiva, pois a paz está intrinsecamente ligada à transformação social. Por isso, acreditamos que pensar por esta ótica aumenta a chance concreta de uma realidade educativa melhor através de uma educação para paz, implicando em uma ordem ética com justiça social, em favor da minimização das violências no âmbito escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância. Cultura da Paz. Paulo Freire. Escola.

---

\* Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: [tati8lima@gmail.com](mailto:tati8lima@gmail.com).

\*\* Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: [mizinhadobru@yahoo.com.br](mailto:mizinhadobru@yahoo.com.br).

\*\*\* Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com). OrCid: <https://orcid.org/0000-0001-5880-0543>

*CHILDHOOD AND THE CULTURE OF PEACE IN THE PERSPECTIVE OF THE  
PEDAGOGY OF THE OPRIMIDO*

LIMA, Tatiane Delurdes de<sup>\*</sup>  
MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim<sup>\*\*</sup>  
LUZ, Araci Asinelli<sup>\*\*\*</sup>

**ABSTRACT**

*The present article aims to emphasize the discussion of childhood and the Culture of Peace in the perspective of Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed (1970), bringing relevant contributions to educational and social conceptions. This article is a qualitative research and has as methodology the bibliographic study. In the social and educational context, in defense of education based on awareness, collaboration and participation, Paulo Freire broadens his perspective on peace, linking it with possibilities for action and dialogue, which builds and reconstructs the subject, for in expressing By means of the word, the individual creates / recreates the world. It is in this process that emancipation takes place collectively, for peace is intrinsically linked to social transformation. Therefore, we believe that thinking through this perspective increases the concrete chance of a better educational reality through an education for peace, implying an ethical order with social justice, in favor of minimizing violence in school.*

**KEYWORDS:** *Childhood. Culture of Peace. Paulo Freire. School.*

---

\* Federal University of Paraná, Graduate Program in Education. Curitiba, Paraná, Brazil. E-mail: [tati8lima@gmail.com](mailto:tati8lima@gmail.com).

\*\* Federal University of Paraná, Graduate Program in Education. Curitiba, Paraná, Brazil. E-mail: [mizinhadobru@yahoo.com.br](mailto:mizinhadobru@yahoo.com.br).

\*\*\* Federal University of Paraná, Graduate Program in Education. Curitiba, Paraná, Brazil. E-mail: [araciasinelli@hotmail.com](mailto:araciasinelli@hotmail.com). OrCid: <https://orcid.org/0000-0001-5880-0543>

## 1 INTRODUÇÃO

Opressor, oprimido, tomada de consciência, liberdade, medo da liberdade, dialogicidade, conscientização, humildade, superação, prática da liberdade: uma riqueza de vocábulos e significados que, construídos há cinquenta anos, em um contexto de opressão explícito, confinava, eliminava e exilava as mentes resistentes. Mentes essas, capazes de mobilizar os sentimentos de cidadania em um movimento pacífico de luta pela dignidade humana, via educação. Alguns/algumas (pessoas) poderiam, num primeiro momento, pensar ser essa uma contradição, por pensarem a paz como um comportamento alienante (passividade) e a luta como uma forma de ativismo radical no campo das violências. Falso engano e leitura equivocada da obra de Paulo Freire (1921-1997), com destaque à Pedagogia do Oprimido.

Em meio a um contexto social caracterizado pela desigualdade e opressão, marcado pelas condições históricas que deram origem a todo o processo, Paulo Freire enfatiza a produção de uma cultura a partir da liberdade e da transformação social, efetivando o homem em um contexto livre e autônomo nas relações que estabelece com outros. A luta pela liberdade só se concretiza quando o sujeito indigna-se com a sua condição de oprimido e conscientiza-se, enquanto meio de construção da criticidade na formação de cidadão, para além das dimensões estabelecidas socialmente. Neste processo crítico, o sujeito transforma sua realidade e a si mesmo.

A Pedagogia do Oprimido (1987), entre tantas outras produções de Paulo Freire, caracteriza-se como um chamamento à lucidez necessária à leitura do mundo, tendo a educação como direito, dever e arma de paz para o empoderamento de homens e mulheres colocados à margem por um sistema político que discrimina, violenta, segrega e escraviza pelo poder da força e do conhecimento negado. Desta forma, a Pedagogia do Oprimido devolve aos homens e mulheres, em seu tempo, a palavra (conhecimento) que os/as identifica, que os/as situa e promove a emancipação e a consciência de ser humano.

Revisitar a obra de Freire ou agarrar-se a ela no cotidiano da vida permite refletir sobre a infância na contemporaneidade e contextualizar a Cultura de Paz. Se à época de seu lançamento, recheadas de lembranças de sua vida, no Brasil e no exílio, tendo como

personagens o proletariado, o trabalhador urbano e o homem do campo, onde alfabetizar visava também propiciar a leitura do mundo. Nesse artigo, evidenciamos as concepções da Pedagogia do Oprimido para, sob sua luz, pensarmos a infância e a Cultura de Paz enquanto fundamento para uma escola sem violência e a educação da não violência. Portanto, este estudo se caracteriza como qualitativo, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica como fonte de coleta de dados, com base no livro Pedagogia do Oprimido e outros documentos e artigos referentes a infância e a Cultura da Paz.

Ademais, reforçamos a importância e necessidade de reflexão acerca das obras e da própria trajetória de Paulo Freire, por considerá-lo educador, militante pela ação educativa transformadora e crítica, pautada no diálogo, que desperta a conscientização para o processo de autonomia dos seres e, principalmente, para a construção da humanização.

## 2 INFÂNCIA E PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Conhecimentos na área da infância e da adolescência enriquecem cada vez mais as possibilidades de atuação e proteção aos direitos fundamentais desses sujeitos, percebendo a importância de ações educativas contra qualquer manifestação de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ampliar o olhar sobre os agentes de proteção (família, instituição escolar, Conselho Tutelar, instituições de acolhimento e demais órgãos públicos/privados) auxilia a construção da consciência da importância da Rede de Proteção à infância e a adolescência, percebendo que, mesmo havendo equipamentos que oportunizam e asseguram os direitos, eles nem sempre são efetivos, dada a precariedade estrutural, possibilitando o monitoramento e o dever de cuidado de todos os cidadãos.

Nos dias atuais, a infância e adolescência vêm sofrendo com as violências que envolvem o abuso de drogas, *bullying*, violência escolar, vulnerabilidade e risco social, negligência familiar, entre outras. Podemos aproximar esses sujeitos à situação exposta por Paulo Freire (1987, p. 16), ao destacar o processo de desumanização envolvendo o opressor, a opressão, as violências, as injustiças sociais que distorcem a real humanização: “a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais”. Nesse âmbito, é necessário realizar reflexões sobre as violências sociais, da

desigualdade causada pela pobreza, miséria e a disparidade de distribuição de renda, bem como dos caminhos a se promover a justiça e a igualdade.

A desigualdade pode ser decorrente de vários fatores (históricos, econômicos, sociais etc.). Como exemplos, há a desigualdade de renda, que pode ser uma consequência da pouca ou ausente escolaridade, a concorrência do mercado de trabalho – diferença de pagamento de mão de obra, bem como desigual distribuição de riquezas nacionais: as desigualdades regionais podem estar atreladas à diferença de custo de vida em diferentes locais, distribuição de renda, incentivos ao turismo/comércio e outras demandas que possuem especificidades de cada região (NAZARENO, 2016).

Como consequência a esses processos de desigualdade e desumanização, há rupturas e confrontos entre os setores sociais: formas de violências, abuso de drogas, banalização e alienação coletivas mediante a mídia; desentendimentos e violência doméstica; efeitos nocivos do sistema social; exploração do trabalho e a diminuição da qualidade de vida pela degradação do meio ambiente. Esse contexto provoca modificações na cultura e nas relações, afetando principalmente, a infância e a adolescência. Pode provocar efeitos negativos para o bem-estar, para o plano mental, para os processos psicológicos e espirituais, prejudicando o desenvolvimento pleno, incluindo as possibilidades do ser autônomo e consciente para modificar um cenário de constantes transformações (ROMERO, 2009).

Em um microsistema, mostramos que na escola, as violências se agravam à medida que muitos educadores tornam-se opressores, apresentando comportamentos com intervenções disciplinares mal conduzidas (exigência antes da compreensão); mediações que destroem a acolhida do educando, concepção de que apenas o educador possui conhecimentos e, as próprias concepções/inferências sobre o mundo que impedem o educador de assumir seu papel. Paulo Freire (1987, p. 28) destaca que o educador não deve reduzir o educando, pois essa condição de apenas impor conhecimentos provoca sentimentos e certezas de incapacidade, de não possuir potencialidades e virtudes:

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem deve escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais.

Diante dessas problemáticas, Paulo Freire (1987) ainda nos instiga a refletir sobre o educador, em que precisa de atenção para não ser alienado e de também não tornar-se oprimido como o educando. Isso pode ocasionar resistência em compreender e agir, deixando de exercer a criatividade e o incentivo à mudança do processo. A Pedagogia do Oprimido permite conceber o papel transformador da educação a partir das relações humanas na escola.

Refletir sobre os aspectos econômicos e educacionais expressam dois campos distintos que Paulo Freire (1987) aborda: de um lado, uma educação bancária, caracterizada pela opressão e aproximação aos interesses das classes dominantes, em um cunho desumanizador, onde o poder se sobressai à humanização. De outro ponto, há a ação educativa libertadora, pautada na transformação da realidade, do reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, no incentivo à reflexão das realidades, uma educação problematizadora, que também visa a superação de vulnerabilidades e riscos sociais advindas de classes sociais menos favorecidas e, muitas vezes, esquecidas/ignoradas pela gestão pública. Nesse aspecto, a problematização corrobora com Cefúria (2011), ao destacar que vai além da resolução de conflitos, da apresentação do que está exposto/imutável, mas também que necessita instigar o sujeito para que pense, reflita sobre o contexto, sobre as questões, de modo a aproximar-se da realidade.

A educação bancária, considerada por Paulo Freire (1987, p. 33) como depositante, torna o processo educativo como simples depósito de informações, considerando o educando como sujeito passivo, em um estado de inércia. E esse contexto é promovido devido à postura do educador, em que faz de seu grupo, meros depositários.

A narração de que o educador é sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Já para o exercício da ação educativa como liberdade criadora, constatamos que as reflexões sobre solidariedade e humanismo são complexas. Nesse contexto, reafirma-se na Educação ao constituir-se de reflexões éticas, solidárias, pois, em sua ausência, não poderiam trabalhar em busca da verdade e dos acontecimentos, em que os sujeitos envolvidos no processo pedagógico precisam estar em uma posição horizontal, de igualdade e respeito - “a

=====

relação educador-educando rompe com os esquemas verticais e dicotômicos da educação bancária. Nessa superação e para ela institui-se o diálogo, o respeito, a amorosidade esperançosa, em relações justas, sérias, humildes, generosas” (BRAGA; FAGUNDES, 2017, p. 531).

É necessário desenvolver a capacidade crítica, de provocar a sociedade a buscar seus direitos e a se respeitar como seres humanos. Trata-se de estar no universo e correr o risco, de provocar a inovação, a liberdade, a curiosidade, a criatividade e a mudança. Essa mudança parte do conceito de transformação do eu para o coletivo. Mas, para isso, Paulo Freire (2000) inspira que mudar requer aproximação à experiência cultural, em que é preciso elaborar tentativas de compreender seus fenômenos e suas razões de existir, pois como ocorrem de maneira acelerada, precisam de constantes reflexões sobre as ações e influências que surgem. Nessa mudança há a relação de possibilidade e dificuldade, destacando em seu trajeto a composição da ética, educação e a consciência da história para a construção dos seus limites. Destaca-se a tarefa primordial amorosa ao praticar a liberdade com autoridade e sem autoritarismo, educando e se educando (aceitação respeitosa) à medida que interagem na perspectiva democrática e ética.

À medida que o ser humano reconhece a sua capacidade de adaptar-se às demandas que surgem na sociedade e pensa para melhorar suas operações, ocorre então a possibilidade de transformação. Em um exemplo de superação às vulnerabilidades sociais, reforçamos o pensamento sobre a maneira de assimilar a constituição da democracia, pois se o autoritarismo não abre espaço, não há como se desenvolver a liberdade. Assim, só haverá possibilidades a medida que a liberdade for construída ao lado da generosidade autêntica e da ética ao invés da obediência e do medo. (FREIRE, 1987; CEFURIA, 2011).

É preciso compreender o sujeito e o processo em sua totalidade e complexidade. O ponto central necessita estar sob o ser humano, em suas relações sociais e desenvolvimento pleno. No contexto envolvendo a superação do abuso de drogas, por exemplo, se reforça a relevância e a necessidade da prevenção para conhecimento da realidade e do problema a ser enfrentado, suscitando o diálogo e a compreensão de todos os fatores envolvidos. De maneira alguma se devem discutir ações preventivas isoladamente ao sujeito, muito menos focalizar apenas nas substâncias como a real problemática. (ROSELLI-CRUZ, 2010).

Na intenção de compreender o ser humano e na tentativa de elucidá-los e conscientizá-los politicamente, Freire (1987) defende o diálogo como processo democrático, para a constituição de uma pedagogia crítica. O diálogo, nesse contexto, se torna uma importante ferramenta de amor, de aproximação com o sujeito, com sua essência de ser humano. Com caráter sensibilizante e reflexivo, destaca-se devido a sua criação e fortalecimento de vínculos, construção de sentidos, oportunidades de aprendizagem, formação cidadã, promoção da transformação social, potencialização da cultura, reconhecimento de direitos, autonomia e provocação às tomadas de decisões individuais e coletivas. Paulo Freire (1987, p. 06) reforça que “o diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana, ela é relacional, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se”.

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação (1987, p.45).

Com a oportunidade de interação, os sujeitos poderão transitar por distintos espaços, reforçando o diálogo como auxílio na prática de prevenção de violências, tanto na família, quanto em instituições escolares/não escolares e nas comunidades. Nesse âmbito, a Educação, na ação baseada em interações sociais, desperta a transformação das estruturas dos cidadãos. Isso ocorre devido às práticas educativas se constituírem como elementos constantes e distintos, mediante a intenção de possibilitar a superação das demandas individuais e coletivas nos mais diversos campos de atuação. Para Trilla e Ganhem (2008, p. 29), constitui-se de “um fenômeno complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente”.

Com caráter filosófico, a prática educativa também oportuniza o resgate do sujeito oprimido que sofre com as imposições e injustiças sociais. Isso ocorre por meio da ação articuladora com os educadores, em que despertam o interesse e a necessidade de refletir sobre a prática e sobre as interferências do meio. Mediante a compreensão da realidade e das consequências que o meio carrega, há a construção da autonomia e o reconhecimento enquanto sujeitos seres de direito (FREIRE, 1996; FAGUNDES; BRAGA, 2017).

=====

Compreendemos com Paulo Freire (1987), que é necessário ensinar também para o conhecimento do ser humano e a humanização. A ética e o convívio em sociedade poderão auxiliar nas buscas por diretrizes para ações e elaborações de propostas educacionais, a fim da promoção da humanização por meio da consciência individual e coletiva. O ser humano precisa tornar-se mais humano.

### 3 PAULO FREIRE E A CULTURA DE PAZ

Primeiramente, podemos afirmar que compreender aspectos do pensamento de Paulo Freire é um trabalho que precisa de esforço e disposição, bem como um processo de reformulação de nossa própria postura sobre o mundo e seus valores, pois muitos são os caminhos reflexivos que as obras do autor proporcionam. Portanto, o caminho das discussões acerca da violência, conflitos, diálogo, paz, relações humanas e transformação social são possíveis de aprofundamento com base no pensamento freiriano e na Cultura da Paz, uma vez que a obra “Pedagogia do Oprimido” revela a opressão que muitos sofrem socialmente. Ana Maria Freire (2006, p. 147) aproxima este olhar a partir da própria história e trajetória de vida de Paulo Freire.

Paulo escutou o povo. Paulo praticou a reflexão. Para compor sua teoria do conhecimento, Paulo partiu de suas próprias experiências, associou sua razão lúcida com suas qualidades pessoais que provocava sua inteligência, interpretou cuidadosamente o contexto histórico brasileiro, estudou exaustivamente obras de educadores e filósofos. Assim, dos velhos conhecimentos criou um novo revolucionário porque viveu com o povo. Sofreu com ele. Jamais partiu de ideias abstratas, tiradas do bolso do colete ou da gaveta da escrivaninha. Escutar o outro, escutar o povo não é só ouvir os sons emitidos. É ouvir a voz de dor e das necessidades, recolhê-la, entendê-la, comparti-la e devolvê-la, sistematizada pela reflexão rigorosa e dialeticamente comprometida, ao povo. É ouvir, sentir, sofrer junto, entender, pensar e apresentar soluções de superação. Nunca prescrições, receitas ou “pacotes” prontos. Em suma, foi da dialética escutar x refletir x engajar-se, ou em outras palavras, da prática-teoria-prática que Paulo criou sua teoria pedagógica-política.

O contexto social no qual estamos inseridos na atualidade vive uma crise moral e ética, que evidencia a individualidade e a violência. Em uma sociedade que visa ao consumo, os valores econômicos se sobrepõem aos valores sociais, que em certo sentido, trazem uma sensação de liberdade pelas oportunidades que surgem no caminho, mas que acarretam mudanças negativas para o ser humano, pois levam o sujeito a adquirir comportamentos

individualizados, em detrimento do coletivo, mantendo a relação opressor e oprimido na dinâmica relacional. Paulo Freire “reconhece tanto a existência da opressão, quanto a necessidade da luta pela libertação” (FERREIRA; SANTOS; SOUZA, 2014, p. 1425). Portanto, é necessário que se busque alternativas que viabilizem a paz. No entanto, a vivência da não-violência ainda é um campo um tanto inexplorado pela humanidade.

Assim, podemos destacar que a construção da paz está relacionada ao processo de práticas de convivências não violentas, evidenciando os valores pessoais e sociais, formulados nos pressupostos do diálogo, do respeito e da diversidade. Paulo Freire sempre demonstrou uma postura de generosidade e compreensão diante das diferenças sociais e culturais, tolerância e respeito à leitura do mundo do outro. Em suas obras, sempre enfatizou a luta pela paz por meio da educação. Portanto, há sempre a possibilidade concreta de construção por meio da proatividade humana e, vale ressaltar, a partir disso, que é possível desenvolver uma Cultura de Paz por meio das crianças e adolescentes. Paulo Freire é enfático quando salienta “que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade” (FREIRE, 2006, p. 391; SALLES FILHO, 2009; FERREIRA; SANTOS; SOUZA, 2014).

Diante da afirmação, cabe reforçar que, assim como a violência, a paz é uma construção social e processual, surgindo à necessidade de ela ser entendida como um conjunto de saberes e práticas que necessitam de ação e reflexão para que se efetive. Não nasce conosco. Ela precisa ser ensinada e aprendida. “A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social” (FREIRE, 2006, p. 388). Ana Maria Freire, com essa citação, destaca a concepção do trabalho de construção de uma educação para a paz, não se limitando a abordagens que reduzem a temática a simples práticas fechadas e limitadas, sem considerar os valores de vida e do contexto social no qual o sujeito está inserido. Mesmo Paulo Freire não tendo obras específicas sobre a Cultura da Paz, seu discurso sempre foi em prol da melhoria das convivências humanas e suas subjetividades e em prol do oprimido. Portanto, a paz é o caminho para que as relações humanas se tornem harmoniosas, possíveis, éticas e solidárias.

=====

A Paz é singular por natureza, atinge o mais autêntico e mais radical do ser humano, para concretizar o Ser-Mais, como queria Paulo, e por isso lutou toda a sua vida. A Paz nos faz rir e sentirmo-nos mais gente. A Paz vem embrenhada da capacidade de dar vivência à vida democrática, socialmente a ser vivida por todos e todas sob a égide da tolerância (FREIRE, 2006, p. 390).

Por isso, a importância de se estabelecer a temática da paz no campo educacional, no que concerne a educação de crianças e adolescentes no desenvolvimento do diálogo, afeto e respeito, no ensino que incorpore os valores humanos, nos aspectos democráticos e participativos, na formação de professores, no aprendizado das diferenças e na resolução pacífica de conflitos. Ressaltamos que estas atitudes são fundamentais para a construção de um sujeito mais cooperativo e altruísta e menos individualista, não somente na escola, mas para a vida, mostrando a beleza da subjetividade do ser humano.

O diálogo é a essência da emancipação humana, é sempre uma relação de iguais mediados pelo mundo. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 1987, p.78).

Logo, os processos de desenvolvimento da paz no ser humano causam mudanças e trazem diferenças na construção da própria história de vida. Além disso, vale destacar também que Paulo Freire sempre enfatizou a busca por uma capacidade de autonomia no ser humano, sendo um produtor de sua cultura, no intuito de provocar mudanças de vida e no mundo (MILANI, 2003; SALLES FILHO, 2009). As crianças e adolescentes precisam aprender a viver a não-violência. Por isso, a educação precisa moldar estes princípios em prol da defesa da tolerância e do respeito aos direitos humanos. O ensino dos valores sociais e culturais (tolerância, respeito, solidariedade, não-violência, cooperação, entre outros) é fundamental para a formação de uma sociedade democrática que vise à minimização das violências nos âmbitos escolares, familiares e sociais. Portanto, a “melhor forma de falar de paz é fazer justiça” (FREIRE, 2000, p. 143).

O movimento educacional, que incorpora o conceito de Educação para a Paz, como um subtema pedagógico da Cultura da Paz, precisa ser um processo contínuo e permanente, buscando no trabalho diário escolar (envolvimento de professores, pais, estudantes e

comunidade escolar) mais do que simplesmente um trabalho sobre a paz, mas o envolvimento com valores sociais que objetivam mudanças no comportamento e ações dos sujeitos em prol da transformação social propalada por Paulo Freire. Um movimento que peça um currículo interdisciplinar, integrado e que vise ao desenvolvimento humano pleno do ser humano. Os conteúdos de uma Educação para a Paz são temas relacionados à autonomia, à autoafirmação, à cooperação, ao respeito ao outro, aos direitos humanos, à resolução de conflitos de forma pacífica e ao compromisso com o social (MILANI, 2003; SALLES FILHO, 2009).

Os processos metodológicos de um trabalho pedagógico configurado na perspectiva de uma Educação para a Paz devem proporcionar momentos que valorizem os métodos dialógicos, interacionais, experienciais e de investigação, incentivando a participação, o trabalho em equipe e a cooperação entre pares. O trabalho objetiva o desenvolvimento de qualidades e valores que trarão melhorias no desenvolvimento humano como um todo. Este meio para atingirmos a paz nas escolas e a não-violência se assemelha muito aos pensamentos de Paulo Freire.

Assim, acreditamos que a pedagogia freiriana, que traz aspectos concretos, que posiciona o ser humano como sujeito de sua história e de seu mundo de forma coletiva, corrobora com os princípios da construção de uma Cultura de Paz viável para a melhoria do clima do cotidiano escolar. Por isso, ressaltamos novamente que a compreensão da paz não acontece de forma natural, assim como a concepção de violência. Elas são construídas. Sendo assim, há a necessidade que se pense a paz em todos os âmbitos, escolares ou não escolares, como um conjunto de saberes que precisam ser experienciados. O trabalho precisa ser amplo e não reducionista.

Paulo Freire enfatiza em seus discursos que existe a necessidade de atuação com os oprimidos, no que concerne a edificação e restauração de um mundo mais justo e igualitário, que ocorrerá por meio da prática libertadora, reconhecendo as condições que oprimem os sujeitos e, como forma de mudança, agindo sobre elas. O diálogo é um dos instrumentos que podemos utilizar como prática pedagógica inicial para levar os estudantes à dialogicidade. Este elemento é um dos pontos-chaves da Cultura da Paz, no qual Paulo Freire enfatiza muito bem em seu discurso: “ao pronunciar a palavra o indivíduo pronuncia o seu mundo e faz-se humano. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo,

=====

não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 1987, p. 91; FERREIRA; SANTOS; SOUZA, 2014).

No livro “Pedagogia do Oprimido”, Freire destaca muito bem o uso do poder da palavra. Ao falar, o homem se coloca como ser pensante no mundo, refletindo sobre a prática e tomando consciência da mudança necessária. “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 1987, p. 90). Por isso, é no processo de construção e desconstrução do pensamento e do falar que nos emancipamos e isso só acontece por meio de uma relação ética com o outro. Somos protagonistas de nossa própria história capazes de construirmos o mundo e suas relações. Essa construção se dá por meio do diálogo, que nos dá o empoderamento da palavra e que problematiza o mundo com o outro.

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros ‘isto’, em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’, ou são ‘nativos inferiores’? Como posso dialogar se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sina de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho? A autossuficiência é incompatível com o diálogo. (FREIRE, 1970, p. 80).

Um dos princípios que Paulo Freire usa como característica do diálogo é o cuidado e a ética, justamente porque essa dialogicidade capaz de transformar e construir um mundo melhor, só acontece se outro também estiver aberto e apto para o diálogo, numa relação de reconhecimento das diferenças e alteridade. As duas palavras (cuidado e ética) são implicadas na ação humana e pressupõem um elemento essencial para a construção das práticas humanas diárias. Vemos atualmente uma crise nos relacionamentos, porque falta-nos a ética e, conseqüentemente, aumenta o crescimento das violências. Portanto, a ética nas relações sociais está ligada aos valores morais e sociais, bem como as práticas de virtude, de bem-estar e de felicidade. “Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela” (FREIRE, 2000, p. 34). Sendo assim, como cidadãos planetários, devemos nos posicionar a favor da tolerância e do sentimento de pertencimento ao mundo. A UNESCO

(2010) tem constantemente reafirmado valores como tolerância, democracia e direitos humanos como centrais na luta contra as violências mundiais, sugerindo em um de seus relatórios, construído por Jacques Delors, os “quatro pilares para a educação”, a saber: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver junto” e “aprender a ser” que, por meios do diálogo intercultural e regional, é possível discutir e construir a paz através destes princípios. Estes pilares corroboram com as ideias de Paulo Freire no que concerne a construção de uma sociedade pacífica, harmoniosa e autônoma, partindo do princípio de integralidade do ser humano.

Por isso, é possível compreender a paz a partir do olhar de Paulo Freire, numa perspectiva crítica e relacional, como uma forma de convivência respeitosa onde todos usam o diálogo como forma de construir e se posicionarem no intuito de transformação e de resolução de conflitos. Não uma mera ordem social, onde se vive de forma passiva e inerte as condições de mundo. Falar de paz é incluir a educação. É vivência de cidadania. É relação social e empoderamento. É a introdução de uma nova cultura, a Cultura de Paz.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve um tempo em que a infância era “só” uma fase do ciclo da vida sob o domínio do adulto. Nela, além do desenvolvimento físico e ontogenético, a criança (personagem da infância) vivenciava a heteronomia (PIAGET, 1994), ou seja, as regras e normas morais que orientavam o seu viver eram determinadas e supervisionadas pelos adultos que com ela conviviam (pai, mãe, professor/a, juízes da infância, tutores, estado). No Brasil, esse período encontrava-se sob a égide do Código de Menores. Somente com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, as crianças e os adolescentes ascenderam ao status de sujeitos de direitos, em estágio peculiar de desenvolvimento.

Em que pese a maioria da lei, 28 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, a infância [e a adolescência] vivem avanços e retrocessos sem, no entanto, perderem sua situação de oprimidos (em alusão à concepção de Paulo Freire). No âmbito social ainda é o segmento que mais sofre violência doméstica, em suas múltiplas manifestações, negligência, violência física e sexual. Se considerarmos a faixa etária dos 0 aos 3 anos, lhe é negado o acesso à creche e, para os segmentos do Ensino Fundamental primeira e segunda etapas, na

=====

esfera pública, lhes é negada a educação pública de qualidade que oportunizaria deixarem a situação de oprimidos.

A Educação Infantil na abordagem de Reggio Emília (norte da Itália), hoje modelo de educação infantil para o mundo, considera a criança pesquisadora. Não há opressores e a cultura de paz se faz naturalmente ao se estabelecer como fundamento os direitos especiais a todas as crianças (abordagem de Reggio Emilia considera direitos humanos como especiais).

No Brasil, a criança, no campo educacional, ainda não tomou consciência de sua situação adversa, muitas vezes ao seu desenvolvimento, por estar inserida num contexto de violência na escola, da escola e com a escola. A Pedagogia do Oprimido, caracterizando-se como uma “Pedagogia dos Homens” [e das mulheres], assume para si um caráter humanizador, necessário para o desenvolvimento salutar e cidadão de crianças que, no futuro, assumirão os destinos do país.

A Pedagogia do Oprimido, em sua visão libertadora, humanizadora e apaziguadora dos conflitos que geram opressores e oprimidos, poderia ser assumida como um dos textos básicos para se entender e praticar a Cultura de Paz. Compreender a infância como processo, que tem sua prática no contexto da contemporaneidade, provocando o estudo de temas significativos e que evidenciem o diálogo como meio para as reflexões coletivas, problematizando e evidenciando a palavra como caminho ético para se cultivar a cultura das gerações pela paz.

Ressaltamos a importância do estabelecimento de mecanismos nas escolas que priorizem a Educação para Paz como parte do trabalho pedagógico, integrados aos diversos temas e disciplinas que formam o currículo, enriquecendo assim, a formação e o desenvolvimento humano, dando lugar a valores sociais e interacionais, proporcionando a cooperação, o respeito a diferença e o diálogo. A Educação para a Paz é um processo educativo que envolve ações de construção de conceitos éticos e cidadãos, juntamente com os conteúdos programáticos da escola. Neste sentido, sem dúvida, a noção de empatia é primordial para a formação de comportamentos generosos e solidários.

A leitura do mundo pela palavra na/da criança evidencia diferentes níveis de ver o mundo e nos “põe diante dos dois polos: o do saber ingênuo e o do saber rigoroso” (FREIRE, 2001, p. 137). A Cultura de Paz na perspectiva da Pedagogia do Oprimido é conscientização e transformação, é diálogo de saberes, aproximação entre complementares,

é perder o medo, é liberdade de expressão em direção à autonomia, mesmo que a criança ainda não a tenha o vivenciado do seu significado. E esse caminho é relevante, pois se trata de educação. Com Paulo Freire, seguimos carregando a vida de sentido.

=====

## REFERÊNCIAS

CEFURIA. **A Pedagogia de Paulo Freire: uma pedagogia humanizadora.** Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária. 2 ed. Curitiba: CEFURIA/Editora Gráfica Popular, 2011.

BRAGA, Maria Margarete de Sampaio. FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Prática pedagógica e didática humanizadora: materialidade de pressupostos de Paulo Freire. **E-Curriculum.** São Paulo. v. 15, n. 02, p. 524-549, abr./jun. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

FERREIRA, Renata Viana; SANTOS, Maria Blandina Marques; SOUZA, Katia Reis. Educação e transformação: significações no pensamento de Paulo Freire. **E-Curriculum.** São Paulo. v. 02, n. 12, p. 1418-1439, 2014.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Educação para a Paz segundo Paulo Freire. **Educação.** Porto Alegre. v. 59, n. 2, p. 387- 393, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.** Paulo Freire: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo, UNESP, 2001.

MILANI, Feizi Masrour. Cultura de paz X violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, F.M; JESUS, R.D.P (orgs.) **Cultura da Paz: estratégias, mapas e bússolas.** Salvador: INPAZ, 2003.

NAZARENO, Luísa de Azevedo. **Desigualdades regionais de renda no Brasil: potencial de queda por meio da educação.** 2015, 53F. Dissertação de Mestrado (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.

ROMERO, Emilio. Para uma psicopatologia da vida cotidiana: tendências sociais dissolventes e conflitantes: os desafios e ameaças na vida cotidiana. In: RIBEIRO, Wânier; ROMERO, Emilio. (Orgs.). **Vulnerabilidade humana e conflitos sociais: por uma psicologia social compreensiva.** São José dos Campos: Della Bídia, 2009. cap. 5, p. 107-142.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. “Estado da Arte” do abuso de drogas e sua Prevenção no Brasil. In: ROSELLI-CRUZ, Amadeu; CÂMARA, Martial de Magalhães. (Org). **Prevenção do Abuso de Drogas: Temas Contemporâneos e Prospecção Social**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula Editora - CEDUSU, 2010. 31-68.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Paulo Freire e educação para a paz: o mesmo sentido**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2009.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. Pontuando e Contrapondo. In: TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. p. 13-55.

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. – Brasília: UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 256 p, 2010.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

=====